

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO**Empresa ECOPLAN****Processo nº 59500.001068/2018-55****EDITAL Nº 15/2018****1. OBJETO**

Examinar o recurso interposto pela **Empresa ECOPLAN** referente ao Edital nº 015/2018, que tem por objeto contratação para serviços técnicos especializados de apoio às atividades da gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do nordeste setentrional – PISF, na modalidade RDC Eletrônico.

2. DA TEMPESTIVIDADE

O recurso administrativo foi interposto em 22 de janeiro de 2019, via sistema compras Governamentais, endereçado tempestivamente à Comissão Técnica de Julgamento, designado pela Decisão nº. 1376, de 15/10/2018.

3. ANÁLISE DO RECURSO

III.1- Da apresentação posterior de documento que deveria constar originalmente na proposta.

A solicitação feita via chat ao Consórcio TECHNE/ENGEVIX/QUANTA, com fulcro no item 9.20.10 e 9.20.10.1, do Edital, teve como foco único a apresentação de documentos em uma melhor resolução, não sendo aceitos inclusões de novos arquivos ou documentos, evitando dessa forma a alteração do arquivo anteriormente enviado via sistema, fato que pode ser comprovado comparando-se os arquivos dispostos no site do Compras Governamentais, quando do cadastramento das propostas técnicas e de preços, e os documentos apresentados na diligência pelo Consórcio TECHNE/ENGEVIX/QUANTA, e que em ato contínuo foram disponibilizado no site da Codevasf para que todos os interessados tivessem acesso aos documentos.



A alegação é considerada improcedente à luz dos itens 9.20.10 e 9.20.10.1, do Edital e rastreada ao excesso de formalismo com o subterfúgio de tão somente alijar a concorrente que atualmente é classificada em primeiro lugar no certame.

9.20.10 "É facultado à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias".

9.20.10.1 "É facultado à comissão de licitação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo".

A possibilidade da Comissão de Licitação desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menos importância de uma proposta, encontra-se expressamente disposta no subitem 9.20.10.1, do Edital nº 15/2018.

Neste sentido, tem se posicionado a doutrina, cujo entendimento indica que a averiguação de qualificação técnica das empresas licitantes não deve se prender a preciosismos e rigor no tocante ao cumprimento das condições estipuladas no edital, mas sim ter como norte a aferição da real condição dos participantes do certame.

Rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, que visa a obtenção de propostas mais vantajosa para administração, conforme preconiza o art. 31 da Lei 13.303/2016.

Diante da alegação da Empresa Ecoplan, a comissão entende por indeferir as razões do item III.1.

III.2- Do impedimento de participação da Consorciada Engevix Engenharia e Projetos S/A.

De fato, constata-se que a empresa Engevix Engenharia e Projetos S/A, CNPJ nº 00.103.582/0001-31, fora punida administrativamente, mas, no entanto, a penalidade fora alterada pela própria ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A, por intermédio do


2

AVISO DE ALTERAÇÃO DE PENALIDADE, publicado no DOU Nº 22, de 31 Jan. 2018, página 88, abaixo transcrito:

AVISO DE ALTERAÇÃO DE PENALIDADE A ELETROSUL Centrais Elétricas S.A retifica a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração com base no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93, aplicada a Engevix Engenharia e Projetos S/A , CNPJ nº 00.103.582/0001-31, em decorrência da inexecução total ou parcial do contrato n.º 90591136, conforme aviso publicado no DOU nº 251, de 30/12/2016, Seção 3, p. 143, em razão do fulcros a superveniência de nova lei. A penalidade aplicada passa a vigorar com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, ficando restrita a entidade sancionadora, ELETROSUL Centrais Elétricas S.A, com base no art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da publicação anterior, realizada em 30/12/2016.

Tal alteração de aplicação de penalidade decorreu de determinação judicial exarada pela 3ª. Vara Federal de Florianópolis, nos autos do processo nº 5000-62853.2018.4.04.7200/SC, datada de 29/01/2018, que, em caráter liminar, que assim dispôs:

“...Por isso, para que não restem mais dúvidas quanto à abrangência dessa limitação, deve constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas que a suspensão temporária de participação em licitações e o impedimento de contratar com a Administração referem-se, exclusivamente, à ré Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e, por decorrência lógica, a suas subsidiárias.

Em face do que foi dito, defiro a tutela de urgência para que, no registro da autora junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), passe a constar a informação de que abrangência da sanção aplicada pela ré Eletrosul Centrais Elétricas S.A. restringe-se a esta e a suas subsidiárias.”

Tendo procedido a consulta do referido processo judicial, verificamos que o feito foi sentenciado em 24/10/2018, cuja conclusão foi a seguinte:

“... Ante o exposto, julgo procedente o pedido e determino à ELETROSUL que promova a republicação do ato sancionatório com a retificação da abrangência da penalidade, de forma a especificar a



observação de que a sanção aplicada restringe-se exclusivamente à ELETROSUL, e, a ambas as rés que promovam a retificação de informação contida no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), declarando extinto o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC/15."

Da sentença judicial supramencionada, a parte interpôs recurso judicial de Apelação em 26/11/2018, ainda pendente de julgamento.

Ao se proceder consulta no sítio eletrônico de internet CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>), não consta nenhum registro de impedimento de licitar da empresa ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS S/A, CNPJ Nº 0.103.582/0001-31.

ANTE O EXPOSTO, não merece prosperar o pleito da recorrente ECOPLAN ENGENHARIA LTDA. aposto no item III.2, haja vista que a licitante ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS S/A - integrante de consórcio específico para o presente certame, qual seja o Edital nº 15/2018/CODEVASF, não se encontra em impedimento de licitar com a CODEVASF, nos exatos termos do Aviso de Alteração de Penalidade, publicado no DOU Nº 22, de 31 Jan. 2018, página 88, combinado com a decisão judicial proferida pela 3ª. Vara da Justiça Federal de Santa Catarina supramencionada, onde consta que a aplicação da penalidade de impedimento da empresa Engevix S/A. se restringe tão-somente à Eletrosul, motivo pelo qual o item III.2, do presente RECURSO, manejado pela empresa licitante ECOPLAN ENGENHARIA LTDA., referente ao Edital nº 15/2018/CODEVASF, deve ter suas razões IMPROVIDAS, pelos fatos e razões retromencionados.

Diante da alegação da Empresa Ecoplan, a comissão entende por indeferir as razões do item III.2.



4. Conclusão

A comissão técnica de julgamento, designada pela Decisão nº 1376 de 15 de outubro de 2018, analisou o recurso interposto apresentado pela **Empresa Ecoplan**.

A pontuação final da **Empresa Ecoplan** e demais licitantes está disponível no quadro reanálise e recursos que será disponibilizado sistema Comprasnet e site da Codevasf.

Brasília, DF 04/02/2018



Elton Silva Cuz
Presidente da Comissão



Renato Brito Chaves
Membro



Renato José da Silva Isacksson
Membro